

“TIVE, ENTÃO, A VISÃO DO QUE DEVERIA SER FEITO. RASGARIA UM CRUZEIRO DE ESTRADAS, DEMANDANDO OS QUATRO PONTOS CARDEAIS TENDO POR BASE BRASÍLIA” – ESTRATÉGIAS DO ESTADO E O DOMÍNIO DO TERRITÓRIO NO BRASIL: A CONQUISTA DO CENTRO OESTE SOB O MANTO DA ECONOMIA GLOBAL (1937-1961)

« J’AI ALORS EU LA VISION DE CE QU’IL FALLAIT FAIRE. JE DÉCHIRERAI UNE CROISIÈRE SUR LA ROUTE, EXIGEANT LES QUATRE POINTS CARDINAUX BASÉS SUR BRASÍLIA » – STRATÉGIES D’ÉTAT ET DOMINATION DU TERRITOIRE AU BRÉSIL : LA CONQUÊTE DE L’OUEST SOUS LE MANTEAU DE L’ÉCONOMIE MONDIALE (1937-1961)

"I THEN HAD THE VISION OF WHAT SHOULD BE DONE. I WOULD TEAR UP A ROAD CRUISE, DEMANDING THE FOUR CARDINAL POINTS BASED ON BRASÍLIA" – STATE STRATEGIES AND THE DOMINANCE OF TERRITORY IN BRAZIL: THE CONQUEST OF THE MIDWEST UNDER THE MANTLE OF THE GLOBAL ECONOMY (1937-1961)

Veruska Cavalcante Azevedo

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás – PPGTECCER/UEG.
veruska.cavalcante.azevedo@gmail.com

Fernando Lobo Lemes

Doutor em História pela Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III.
Professor no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás –PPGTECCER/UEG.
fernando.lemes@ueg.br

Resumo

O objetivo do artigo é verificar a dinâmica do processo de (re)ocupação territorial e interiorização dos valores ocidentais modernos na região do Brasil Central, cujas políticas coordenadas pelo Estado se intensificaram na década de 1940, durante o governo Getúlio Vargas, com a “Marcha para o Oeste”. Para levar a cabo o programa de interiorização, o governo federal organizou a chamada Expedição Roncador-Xingu e criou a Fundação Brasil Central (FBC). Em seguida, Juscelino Kubitschek também incentivou o ideal da unidade territorial, buscando alterar a fisionomia econômica e social do país com base no Plano de Metas. Esse movimento em direção ao Oeste que culmina na inauguração de Brasília, integra uma política de intervenção do Estado sobre o território nacional que atravessa décadas e conecta diferentes governos. No texto que segue, examinam-se as ações e objetivos vinculados às iniciativas estatais que tornaram o interior do continente

e, particularmente, as regiões do cerrado brasileiro, em elo de integração incorporado ao padrão de acumulação da economia capitalista mundial.

Palavras-chave: Políticas Territoriais. Marcha para o Oeste. Plano de Metas. Cerrado.

Resumé

Le but de cet article est de vérifier la dynamique du processus d'occupation territoriale et d'internalisation des valeurs occidentales modernes dans la région du centre du Brésil, dont les politiques coordonnées par l'État se sont intensifiées dans les années 1940, sous le gouvernement de Getúlio Vargas, avec la « Marche vers l'Ouest ». Pour mener à bien le programme d'intériorisation, le gouvernement fédéral a organisé la soi-disant expédition Roncador-Xingu et a créé la Fondation du Brésil Central (FBC). Ensuite, Juscelino Kubitschek a également encouragé l'idéal de l'unité territoriale, cherchant à changer la physionomie économique et sociale du pays sur la base du Plano de Metas. Ce mouvement vers l'Ouest, qui culmine avec l'inauguration de Brasília, intègre une politique d'intervention de l'État sur le territoire national qui s'étend sur des décennies et relie différents gouvernements. Dans le texte suivant, nous examinons les actions et les objectifs liés aux initiatives étatiques qui ont fait de l'intérieur du continent et, en particulier, des régions du cerrado brésilien, un lien d'intégration incorporé dans le modèle d'accumulation de l'économie capitaliste mondiale.

Mots-clés: Politiques Territoriales. Marche vers l'Ouest. Plano de Metas. Cerrado.

Abstract

The aim of this article is to verify the dynamics of the process of territorial occupation and internalization of modern Western values in the Central Brazil region, whose policies coordinated by the State intensified in the 1940s, during the Getúlio Vargas government, with the "March to the West". To carry out the interiorization program, the federal government organized the so-called Roncador-Xingu Expedition and created the Central Brazil Foundation (FBC). Then, Juscelino Kubitschek also encouraged the ideal of territorial unity, seeking to change the economic and social physiognomy of the country based on the Goal Plan. This movement towards the West, which culminates in the inauguration of Brasília, integrates a policy of state intervention over the national territory that spans decades and connects different governments. In the following text, we examine the actions and objectives linked to the state initiatives that have made the interior of the continent and, particularly, the regions of the Brazilian cerrado, a link of integration incorporated into the accumulation pattern of the world capitalist economy.

Keywords: Territorial Policies. Westward March. Plano de Metas. Cerrado.

INTRODUÇÃO

Durante o século XX existia o desejo de entes públicos por meio de projetos de gestão do Estado de ocupar as terras consideradas “vazias”, vistas como áreas pouco povoadas do território brasileiro, que faziam parte da chamada política de integração nacional. No entanto, essas áreas não estavam efetivamente vazias, pois o território que

se visava ocupar já se encontrava povoado por populações sertanejas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, agricultores, dentre outros. Neste sentido, na dinâmica dos processos de territorialização, o território não é estático, vazio, o que aponta para a existência de um movimento de reocupação e não de um tipo específico de ocupação pura e simples.

Desconsiderando este fato, Segundo Maciel (2015), durante a II Guerra Mundial surgiu entre as nações mais poderosas a ideia do “espaço vital”, em que as áreas vazias do planeta deveriam ser ocupadas em benefício da humanidade, criando condições para que fossem povoadas e produzissem riquezas.

No Brasil, as regiões Centro-Oeste e Amazônica eram tidas como pouco povoadas e, portanto, conforme essa perspectiva, encaixavam-se nos parâmetros daquela tese, vital para a expansão global do modelo social e econômico capitalista. De um lado, o bioma cerrado, de outro, a floresta mais densa e rica do planeta. Desde logo, ainda na década de 1930, o governo brasileiro adota várias medidas que visam a integração dessas áreas à federação nacional.

No que diz respeito ao Centro-Oeste, documentos da época indicam o uso da expressão sertão tanto quanto da palavra cerrado. Cerrado, contudo, como substantivo ligado à vegetação ou, mais apropriadamente, ao bioma. Mas o termo também se conecta ao movimento de expansão da Marcha para o Oeste e aos processos que inauguram os discursos econômicos, políticos e culturais ligados à “invenção” do Cerrado como território coligado ao capital financeiro, à presença da tecnologia e, mais tarde, ao agronegócio.

Este artigo parte do pressuposto de que este processo que descreve o significado do Cerrado para além de um mero “bioma” ou de um “recurso natural”, sendo visto como um “domínio” onde se entrecruzam natureza, sociedade, história, cultura e saberes, foi gestado durante a execução de políticas públicas levadas a cabo pelo Estado brasileiro, especialmente, e com mais intensidade, durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Desde então, o domínio do Cerrado foi palco de transformações estruturais, decorrentes da exploração econômica de seus recursos naturais, de projetos políticos de intervenção, de movimentos migratórios e da expansão de fenômenos ligados à urbanização. Além disso, nesta arena complexa do Cerrado, brotaram expressões culturais

e saberes provenientes dos mais distintos grupos sociais.

Aí, as estratégias de apropriação do bioma executadas pelo Estado foram decompondo a região em microterritórios submetidos às disputas e interesses políticos e econômicos, seja em função dos processos de ocupação territorial impulsionados pela Marcha para o Oeste, seja por decorrência das iniciativas ativadas, um pouco mais tarde, durante o governo JK, que tomam o Planalto Central como elo de ligação/integração entre regiões brasileiras visando incorporá-lo ao padrão de acumulação capitalista global.

O objetivo deste estudo é verificar as dinâmicas territoriais e a interiorização das ações do Estado na região do Brasil Central a partir da década de 1940, considerando, particularmente, dois movimentos distintos: de um lado, as estratégias políticas expressas no projeto varguista “Marcha para o Oeste”, levada a cabo via Expedição Roncador-Xingu e Fundação Brasil Central (FBC); e, de outro, o onipresente discurso da unidade territorial e as alterações socioeconômicas ligadas ao Plano de Metas encetado durante o governo de Juscelino Kubitschek.

Tais empreendimentos, que culminam na construção de Brasília, formatam as estratégias políticas de ocupação e intervenção do Estado sobre o território nos meados do século XX. Em que pesem suas especificidades, bem como as diferenças históricas e institucionais, essas iniciativas do Estado brasileiro parecem reproduzir a continuidade dos procedimentos de colonização inaugurados pelos europeus na América. Além da captura do território e o acesso às riquezas da terra, praticam a submissão dos povos à sua vontade e a consequente destruição de seus regimes históricos de vida e existência.

O ESTADO RACIONAL MODERNO DE INSPIRAÇÕES FASCISTAS E CONSERVADORAS

Maciel (2011) destaca que desde a década de 1930 interesses e ideias de diferentes frações da sociedade, como governantes civis, forças armadas, lideranças do setor industrial emergente, elites políticas tradicionais e segmentos da classe média urbana, nutriam o receio de que ideologias de esquerda pudessem influenciar o pensamento político brasileiro e, em virtude disso, apoiavam a existência de um Estado autoritário e centralizador.

Alimentava-se, portanto, um discurso que advogava um Estado forte, cuja

missão seria defender a nação de pretensos inimigos externos. A elite intelectual, de sua parte, também depositava sua confiança em um governo centralizador que hipoteticamente resolveria os intensos conflitos nacionais e, sobretudo, aqueles de ordem política e econômica.

Dessa forma, a instauração do Estado Novo (1937-1945) foi campo de confluência de interesses conservadores que, naquele momento, representavam o país. Esse regime, como explica Skidmore (2007), possuía inspirações fascistas formuladas a partir do modelo europeu. É neste ambiente que Getúlio Vargas promulga a Constituição de 1937.

Segundo Oliveira, Velloso e Gomes (1982), não havia uma doutrina oficial e única do Estado Novo, mas sim várias interpretações de intelectuais que tentavam traduzir os discursos de Vargas baseados no pensamento de que somente um Estado forte seria capaz de conduzir, por meio de um aparelho burocrático, o desenvolvimento econômico nacional.

Intelectuais como Francisco Campos, Almir de Andrade e Azevedo Amaral contribuíram com esse discurso legitimador do Estado Novo. Almir de Andrade foi um dos principais ideólogos do Estado Novo e diretor da revista *Cultura Política*. Relacionava as ações políticas do governo às tradições culturais brasileiras desempenhando o importante papel de divulgador e doutrinador das ideias do regime.

Francisco Campos ocupou cargos no ministério da Justiça e da Educação e foi o principal mentor da Constituição de 1937. Azevedo Amaral não exerceu atividades ligadas ao aparelho estatal, atuando como jornalista. Para Oliveira, Velloso e Gomes (1982) as elites intelectual e política dos anos 1930 incentivavam políticas centralizadoras para o Brasil, defendiam o papel prioritário das elites no processo de mudança social e propunham ao novo regime buscar as raízes brasileiras.

Não sem razão, segundo Pecaú (1990), o projeto político do Estado Novo – na prática uma continuidade do Estado proveniente do século XIX orientado conforme as tradições – pretendia-se mais cultural do que mobilizador, confundindo-se com projetos gestados pelas elites intelectuais, no sentido de construir a nacionalidade e uma unidade cultural em que os termos cultura e política seriam inseparáveis, cabendo a eles fundi-los no quadro do desenvolvimento da nação.

Por isso mesmo, convém ressaltar, como faz Skidmore (2007, p. 53), que o

governo que tinha à frente Getúlio Vargas não se apoiava em base ideológica consistente. Segundo o autor,

É importante compreender que, ao contrário dos seus mentores europeus em matéria de fascismo, Vargas não organizou nenhum movimento político para nele basear seu regime autocrático. Não havia partido de Vargas, movimento do Estado Novo, nem quadros governamentais na sociedade brasileira.

Neste caso, ao centralizar o poder, adquiria responsabilidades mais amplas, impulsionando o crescimento da burocracia de Estado. Segundo Maciel e Xavier (2020), pela primeira vez no país é implantada uma máquina governamental burocratizada baseada na racionalidade técnica e científica em que a dominação legal ocorre por meio da burocracia. De fato, as ações de Vargas davam forma a um Estado racional moderno.

Após a instauração do regime do Estado Novo, o governo federal encetou um feixe de políticas territoriais que visavam incorporar as regiões “vazias” à federação, reocupando e integrando aqueles espaços ao conjunto político-jurídico nacional.

A CONQUISTA DE ESPAÇOS “VAZIOS”: MAIS METAL PARA O PROGRESSO INDUSTRIAL

Os processos de territorialização associados à Marcha para o Oeste¹ e os desdobramentos que deles decorrem, podem ser interpretados à luz da noção de território proposto por Rogério Haesbaert (2014). Segundo ele, o território se manifesta nas dimensões espaciais por meio de processos de controle e dominação imateriais, simbólicos e subjetivos. Neste aspecto, o território é multidimensional pois engloba aspectos jurídico-políticos, culturais e econômicos com seus agentes e grupos se movimentando e realizando processos de desterritorialização e (re)territorialização.

De forma mais clara, desde sua origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece de terra-territorium quanto de térreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados a terra, ou no “territrium” são impedidos de entrar. Assim, para uma compreensão mais adequada, os processos de territorialização são

¹ A Marcha para o Oeste foi um projeto governamental criado durante o Estado Novo com o objetivo de povoar e ocupar o interior do Brasil, visando uma maior integração nacional.

caracterizados por processos de ação, construção ou criação de territórios pela apropriação ou identificação.

Portanto, o processo de desterritorialização para Haesbaert ocorre em um primeiro sentido como diminuição ou enfraquecimento das fronteiras, com o aumento da fluidez de pessoas, bens, capitais e informações. Sendo a territorialização e a desterritorialização processos fundamentais para compreender as práticas humanas. Esse processo ocorre com múltiplas implicações seja nas esferas econômicas, políticas, sociais ou culturais.

De tal modo, pode-se inferir que o Estado nacional a partir da Era Vargas, replicando modelos da colonização europeia, promove a reocupação de novos espaços geográficos sem levar em conta as populações pré-existentes. Considerou-se tão somente uma visão do território que, antes de mais nada, busca atender as expectativas econômicas que norteiam políticas governamentais. Para o regime, a bandeira política e administrativa da Marcha para o Oeste visava ao alargamento do povoamento do interior do país e seu aproveitamento a partir de fundamentos legais e econômicos sólidos e eficientes, conforme os procedimentos capitalistas modernos.

Vale lembrar que a dupla conotação – material e simbólica – para Haesbaert (2014) associada aos processos de dominação e apropriação do espaço refere-se: (1) conotação material quando se revela a partir da perspectiva do poder e de meios de dominação mais concretos; (2) simbólica, quando se relaciona à apropriação, propriamente dita, do território. Recorrendo a Lefebvre, o autor distingue as noções de dominação e apropriação indicando que a primeira é mais concreta e funcional e a segunda mais simbólica e subjetiva.

A reocupação do território pelo Estado durante a Marcha para o Oeste ocorreu de forma funcional. Pois, conforme Haesbaert, o território, do ponto de vista funcional, possui uma conotação mais material, dominando-se o espaço a fim de controlá-lo e dele extrair valor tanto através do preço da terra, quanto dos recursos que ela oferece. Por outro lado, a apropriação promovida pela população que ocupava a região Centro Oeste do Brasil ocorre por meio de uma dominância simbólica com relação ao território, sendo este elemento essencial para a construção de suas identidades, como produto da apropriação/valorização simbólica do grupo em relação ao seu espaço vivido.

Assim sendo, enquanto “espaço-tempo-vivido” o território é sempre múltiplo,

ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista. Dessa forma, pode-se entender o território nas regiões de expansão como lugares complexos em que formas e relações de poder ocorrem em dimensões variadas, sendo, ao mesmo tempo, em diferentes combinações, funcional e simbólico.

Além disso, inerentes aos procedimentos de dominação e apropriação do território, os processos de territorialização devem ser vistos na multiplicidade de suas manifestações, que envolvem uma pluralidade de poderes, distinguindo-os de acordo com os sujeitos que os constroem. Neste caso, nos processos de territorialização associados à Marcha para o Oeste, que toma forma por meio das relações e disputas de poder no/pelo espaço/território, o sujeito seria, por excelência, o Estado-nação.

A territorialidade para Haesbaert, vale lembrar, para além do aspecto político, se refere também às relações econômicas e culturais. Não seria apenas “algo abstrato”, mas guardaria, evidentemente, uma dimensão imaterial, pois, enquanto símbolo de um território, existe e pode inserir-se como estratégia político-cultural, ainda que o território não esteja manifestado concretamente, a exemplo da Terra Prometida dos Judeus. Portanto, a concepção de territorialidade pode ser entendida, sob diversas formas, como abstração teórica ou portadora de um sentido efetivo, seja ele material (controle físico), imaterial (controle simbólico) ou como espaço vivido.

Por outro lado, a territorialidade também pode ser entendida como uma concepção mais ampla que território, tal como para os povos indígenas e para as populações que viviam nas regiões de expansão em que o território possui um sentido de domínio do vivido e não institucionalizado.

Não sem razão, durante o governo Vargas há intensa preocupação com as políticas de ocupação territorial. Segundo Maia (2019), a Marcha surgiu em um contexto em que esse debate era muito presente entre as elites econômicas e políticas. Periódicos esboçavam maneiras de realizar a integração do país e a consequente ampliação do poder do Estado sobre o território brasileiro. Inclusive, vale lembrar, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi criado em 1938 e o projeto contou com recursos econômicos e financeiros públicos e particulares, especialmente de empresários paulistas (VILLAS BÔAS, 2012).

Na virada do ano, em 1937, o presidente Getúlio Vargas, em saudação ao povo brasileiro, enaltecia em seu discurso os ideais do Estado Novo e as expectativas que

nutria a respeito da exploração do território a Oeste do país. Segundo ele,

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial (VARGAS, 1938, p.124).

Assim, o regime mobiliza a nação numa campanha que promete riquezas e desenvolvimento fundados na oferta natural dos vales férteis do cerrado, nas culturas fartas e variadas do interior do continente e no metal que garantiria a expansão industrial do Sudeste brasileiro. Neste sentido, a Marcha seria um símbolo do discurso de integridade territorial do Brasil e justificaria, ao mesmo tempo, o autoritarismo do Estado com forte apelo nacionalista. Nas palavras de Oliveira, Velloso e Gomes (1982, p. 33), “[...] o novo regime deveria voltar-se para as nossas origens, para as raízes brasileiras, verdadeira matéria-prima nas mãos do novo artesão”.

EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU: ENTRE O INTERIOR “SELVAGEM” E O LITORAL “CIVILIZADO”

Para realizar o programa de interiorização e modernização das regiões “vazias” do sertão, o Executivo federal implementa medidas estratégicas que visam a rápida execução de seus planos, a exemplo da criação da Coordenação de Mobilização Econômica (CME), com estrutura e *status* de ministério. Delineando um amplo arcabouço institucional que mirava a penetração nos confins dos rios Araguaia e Xingu, em pleno cerrado e floresta amazônica, foi criada no dia 3 de junho de 1943, por meio da Portaria nº 77 da Coordenação de Mobilização Econômica, a chamada Expedição Roncador-Xingu (ERX). De acordo com o documento, a empreitada deveria “[...] criar vias de comunicação através do interior do país” (BRASIL, 1943).

Maciel (2011) comenta que a finalidade da ERX consistia em efetivar rotas terrestre, aérea e de rádio comunicação entre as cidades do Rio de Janeiro e Manaus. A direção da Expedição coube ao tenente-coronel Mattos Vanique que ficou no cargo até 1948, substituído em seguida por Orlando Villas Bôas.

Por meio do Decreto nº 5.878 de 04 de outubro de 1943, criou-se a Fundação Brasil Central (FBC) que, ainda segundo Maciel (2011), tinha como tarefa prioritária

proporcionar condições para que fosse cumprida a missão da Expedição Roncador-Xingu com o objetivo principal de desbravar e colonizar o Brasil Central, área compreendida às margens dos rios Araguaia e Xingu.

A organização da ERX baseava-se nas equipes de vanguarda e de retaguarda, mencionadas no diário da expedição pelos irmãos Villas Bôas (2012). A vanguarda era composta pela ERX que seguia à frente desbravando os espaços e abrindo caminho e a retaguarda, a cargo da FBC, seguia implantando a infraestrutura e núcleos populacionais nos locais demarcados pela Expedição.

A ERX iniciou suas atividades na cidade de Uberlândia e tinha como meta chegar ao Rio das Mortes, passar pela Serra do Roncador e alcançar a região do Rio Xingu, área considerada totalmente desconhecida. Aragarças foi a primeira e principal base da FBC onde, segundo os Villas Bôas (2012), se instalaram todos os serviços burocráticos e a infraestrutura necessária.

Sob a batuta de Getúlio Vargas, o Estado brasileiro buscava promover a modernização de determinados espaços ocupados e por isso estabeleceu uma política de incentivo ao trabalho e ao trabalhador, que se associou ao movimento da Marcha para o Oeste. Segundo Gomes (1982), o Brasil vivia uma situação de desequilíbrio entre trabalhadores urbanos e rurais, em que esses últimos se encontravam em situação de absoluto abandono. Por isso mesmo, a Marcha caracterizaria esse incentivo ao trabalho e, notadamente, ao trabalhador rural. Entretanto, essa política fazia parte de uma estratégia ideológica do Estado para a construção de uma imagem de nação como um corpo em que todos seriam participantes, afinal a expansão das fronteiras deveria assumir o caráter de acontecimento coletivo.

Desde logo, a força de trabalho empregada na ERX contou com a participação de sertanejos, garimpeiros e pequenos negociantes. Segundo a perspectiva do colonizador, adotada por Orlando Villas Bôas, “[...] o feitio moral desses nossos patrícios, sua psicologia, seus costumes, decorrentes do desordenado viver que levam, formam no conjunto uma pitoresca manifestação do comportamento humano livre das peias da civilização” (VILLAS BÔAS, 2012, p. 56). Curiosamente, tal descrição parece sugerir um julgamento pessoal onde quem fala se coloca fora do arco de atributos apontados para os trabalhadores. De fato, a expressão “livre das peias da civilização” parece indicar um local onde ainda não havia se manifestado as feições exteriores pertinentes à

“modernidade”, à “racionalidade” e à razão de Estado.

Deste modo, a vanguarda da Marcha se lança por regiões praticamente desconhecidas e passam por situações de dificuldades, como a grande quantidade de insetos, a falta de alimentos e roupas, o calor extremo, temporais, enfermidades, animais ferozes, travessia de córregos e a falta de medicamentos. Os Villas Bôas (2012) relatam que eles próprios experimentaram até a fome.

Além disso, receavam os numerosos grupos indígenas que, à espreita e agitados, ateavam fogo em todas as direções devido à invasão de seus territórios pelos expedicionários. Contudo, relatam os Villas Bôas (2012) que não os tinham na condição de inimigos, evitando atritos e tomando-os pelos donos da terra. De fato, o território já se encontrava ocupado pelos povos originários e a ERX fazia frente às políticas territoriais do Estado Novo que visavam o controle e a dominação do espaço geográfico do Brasil Central.

Exploradores do sertão em pleno século XX (neobandeirantes), a Expedição Roncador-Xingu pode ser vista, como o faz Getúlio Vargas (1938), como a continuidade do processo de colonização de modelo europeu intensificado, sobretudo, a partir do século XVIII. Nas entrelinhas de seu discurso, em 1937, referindo-se ao “continente das cobiças e tentativas aventureiras”, descrevia os ideais do Estado Novo conectando as estratégias de colonização pensadas no Rio de Janeiro ao discurso da modernização, da indústria, da tecnologia e da civilização.

Tempos depois, em 1944, os expedicionários chegam às margens do rio das Mortes e, em 1945, alcançam o rio Tapajós com o objetivo de chegar à Serra do Roncador.² Conforme abriam picadas cerrado adentro mudavam o acampamento de local. Um mês após deixar o rio das Mortes rumo ao Xingu, aproximam-se das primeiras elevações do Roncador, onde inauguram o campo de pouso do Tanguro, em setembro de 1945 (VILLAS BÔAS, 2012). Em 1947, avizinham-se do Xingu, instalam novo acampamento e dão início à construção de outra pista de pouso.

A impressão registrada pelos irmãos Villas Bôas (2012, p. 53) a respeito do “Alto Xingu” corresponde a um lugar de densas matas, vasto e inexplorado, entrecortado

² A Serra do Roncador é constituída por uma imensa cordilheira que se ergue como divisor das águas do Araguaia e do Xingu. Localiza-se no ponto mais central do Brasil, no Estado do Mato Grosso, entre o rio das Mortes e o rio Araguaia a leste, e o rio Xingu e Kuluene a oeste, chegando a atingir 700 metros de altitude e 800 quilômetros de extensão alcançando as proximidades da Serra do Cachimbo, no Estado do Pará.

por braços de rios e nações aborígenes desconhecidas, marcado pela ausência de morros e serras, com fauna riquíssima. De acordo com eles,

O Alto Xingu, bem no centro do país, é uma extensa planície quase toda coberta de mata. Vista do avião, é como um enorme tabuleiro cortado por sinuosos rios de água clara. Na parte sul, os grandes varjões e os últimos cerrados marcam a transição dos descampados do Brasil Central para a mata compacta e contínua da hileia amazônica.

Os Villas Bôas tiveram como referência de conduta para a Expedição a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) liderada por Cândido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915. Mais conhecida como Comissão Rondon, tinha por objetivo reconhecer, povoar o interior do país, instalar postes e linhas telegráficas. Em comum entre a ERX e a Comissão Rondon, havia a compreensão do interior do Brasil enquanto espaço “vazio”, visto como obstáculo para o avanço dos valores da República. A instalação de estradas e ferrovias ao lado das linhas telegráficas representaria um avanço no campo das comunicações e um sólido caminho para a integração e modernização do país. Essa expectativa nutria o imaginário político à época e inspirava a crença de que o povoamento do interior do país – pensado a partir dos elementos associados ao desenvolvimento econômico – seria a chave que abriria as portas da “civilização” para o interior desconhecido e distante do litoral.

Entretanto, em sua rota, os expedicionários contatam populações indígenas – primeiro os Xavantes, depois os Kalapalo (na região do Rio Kuluene) e os Kuikuro. À medida que adentram o território, sobrevoando matas e florestas num *Focke-wulf* cedido pelo Ministério da Aeronáutica à Fundação Brasil Central (GALVÃO, 2014), acessam as terras dos Nahukuá, Kamayurás, Mehinakús, Awetis e Waurás.

Ao mesmo tempo, uma estação de rádio facilitava a comunicação e a troca de notícias entre o interior “selvagem” e o litoral “civilizado” aos moldes dos valores ocidentais. Assim, levando a modernidade em suas bagagens, a Expedição Roncador-Xingu abriu cerca de mil e quinhentos quilômetros de picadas, onde, segundo informações dos Villas Bôas (2012), brotaram quarenta e duas vilas e cidades. Dos dezenove campos de pouso construídos, quatro tornaram-se bases militares servindo de controle para o tráfego aéreo. A chegada do “progresso” anunciava o fim do isolamento e a integração silenciosa dos territórios e dos povos da floresta aos projetos de desenvolvimento planejados pelo Estado-Novo na capital da República.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL: AUTORITARISMO E LEGITIMAÇÃO DO ESTADO

Por sua vez, a Fundação Brasil Central, responsável pelas atividades de retaguarda da Expedição, era subordinada diretamente à presidência da República e possuía dupla natureza jurídica, sendo uma entidade de direito público e direito privado (MACIEL, 2011). Isso proporcionou muita liberdade para a realização das suas ações. Porém, como afirma Maciel (2015, p. 248-249), a incumbência prioritária da FBC seria “[...] a de absorver a Expedição Roncador-Xingu, aí compreendidos tanto sua missão, quanto os recursos materiais de que fora dotada e o pessoal recrutado para nela atuar”.

Como vimos, a FBC, na sombra da ERX, montava a infraestrutura nos confins das terras exploradas. Dentre as principais atividades que promovia, estavam a construção de bases de operações, aeroportos, rodovias, pequenas indústrias, estabelecimentos comerciais, sistema de radiocomunicação e serviço de correios. Esses elementos contribuíram para a fundação de núcleos urbanos que se transformaram em cidades, a exemplo de Aragarças e Xavantina, localizadas, respectivamente, em Goiás e Mato Grosso.

A FBC também exerceu controle sobre algumas empresas como a Entrepósitos Comerciais FBC Ltda., com sede em São Paulo e filiais em Minas Gerais, Goiás e Pará; a Transportadora Amazonas Ltda., em Belém, no Estado do Pará; a Usina Central Sul-Goiana S.A., em Santa Helena, no Estado de Goiás; a Usina Fronteira S.A., localizada no município de Frutal, em Minas Gerais e a Estrada de Ferro Tocantins (EFT), localizada no Pará. Esse controle é exemplo de expansão institucional em rede, em que o território possui uma concepção próxima de “zonas” e um “território-rede” (HAESBAERT, 2014). Assim, os territórios de tipo zonais são demarcados geograficamente, como, por exemplo, os Estados Nacionais. Já aqueles de tipo rede, como as empresas controladas pela Fundação, correspondem a espaços descontínuos e dinâmicos que caracterizam a extensão de seu controle sobre o território.

Além dessas atividades empresariais, Maciel (2011) lembra que a FBC atuou até mesmo em setores como pecuária e hortifruticultura, na exploração de madeiras, apicultura, hotelaria, bares, serviços hospitalares, restaurantes, transportes de cargas e passageiros, cinema, serrarias, beneficiamento de cereais, fábrica de cal, fábrica de formicida, dentre outros. O que indica a existência de áreas de atividade e espaços de

atuação sem limites definidos. A portaria de sua criação menciona como área de atuação o Brasil Central e Ocidental,³ mas esses lugares não existiam de forma clara na divisão regional brasileira.

Os amplos poderes conferidos à agência, facilitou o domínio de vasta extensão territorial. A esse respeito, Maia (2019) esclarece que a FBC foi uma agência estatal que combinou autoritarismo e territorialização do espaço como forma de produzir a ação, o discurso e a legitimação do Estado.

Naturalmente, após a queda do Estado Novo, houve confrontos, em especial, entre a FBC e as populações dos lugares que sofreram as consequências diretas da atuação da agência: cobrança excessiva de impostos, ameaças de agressão física, apropriação de recursos locais e invasão de limites legais de terrenos. Silenciadas enquanto disputas de caráter informal, aludem a relações de poder desiguais, esquecidas à margem da ação do Estado. Percebê-las, implica observar os interstícios e admitir os entre-lugares da história, acolhendo o que transborda das brechas das condutas oficiais, onde ocorrem as práticas efetivas de controle e sujeição.

Ainda segundo Maia (2019), o processo de territorialização levado a cabo pela Fundação Brasil Central não ocorreu sem violência e situa a empresa na longa história da acumulação territorial promovida pelo Estado brasileiro. Estado coligado às ondas da modernização capitalista provenientes dos países europeus e, especialmente, dos Estados Unidos da América. Pensada como agência estatal que conduziria à efetiva intervenção do Estado nas áreas “vazias” do centro do país, a FBC funcionou como um braço forte do regime nos projetos de expansão territorial coordenada pelo Estado Novo através da Marcha para o Oeste.

“DESENVOLVIMENTISMO” NO BRASIL: GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL E A CAPTURA DO TERRITÓRIO

Anos mais tarde, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) concentra seus melhores esforços na continuidade da tarefa iniciada por Vargas, investindo nas

³ De acordo com os pioneiros da Expedição à região corresponderia “O grande sertão do Brasil Central, compreendido entre o rio Araguaia e seus afluentes da esquerda, a leste, o Tapajós com seus formadores a oeste, os chapadões mato-grossenses ao sul, e uma linha correspondente aproximada ao paralelo 4 (latitude sul) que corta aqueles rios na altura dos seus grandes encachoeirados, com uma área de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados” (VILLAS BÔAS, 2012, p. 52).

iniciativas de ocupação territorial por parte Estado. Segundo o próprio presidente, a busca pela integração nacional era essencial para o desenvolvimento do país. Kubitschek foi eleito presidente da República em 1955, juntamente com o vice-presidente João Goulart, assumindo o governo em circunstâncias bastante delicadas. Setores antigetulistas e integrantes da UDN (União Democrática Nacional) questionaram a vitória nas urnas, mas o movimento político-militar liderado pelo então ministro da guerra, general Lott, assegurou a posse dos eleitos.

Encravado entre o suicídio de Getúlio Vargas (1954) e a renúncia de Jânio Quadros (1961), o mandato de JK foi atravessado por um período crítico da história política brasileira. Apesar disso, como lembra Benevides (2002), conseguiu manter a estabilidade política, superando vicissitudes e crises. Nas palavras de Faro e Silva (2002, p. 67), “[...] embora associados a um certo descontrole das contas públicas, os anos JK foram fundamentalmente marcados por altas taxas de crescimento econômico e por uma boa dose de otimismo”. O sucesso da política econômica foi o resultado de articulações equilibradas que lhe teria permitido angariar apoio de grupos políticos, evitando conflitos relevantes com adversários (SKIDMORE, 2007).

Kubitschek ensaiou uma profunda intervenção econômica, nunca antes vista no país. Foi no seu governo que se consagrou o vocábulo “desenvolvimentismo”. Benevides (2002, p. 22) chega a afirmar que JK teria sido o inventor da palavra, “[...] cuja mística ficou, na história contemporânea, inarredavelmente vinculada ao seu nome”. O núcleo de suas pretensões girava em torno de uma política nacional desenvolvimentista e o desenvolvimento via industrialização seria o caminho a ser trilhado pelo Brasil. Neste aspecto, segundo Ianni (1991, p. 142),

O poder público passara a atuar no sistema econômico do país lançando mão de todos os recursos disponíveis. Essa atuação destinou-se a acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização, e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro.

Resumidamente, o desenvolvimentismo pode ser interpretado como desdobramento de um processo histórico de longa duração, cujas conotações constitutivas apenas iriam configurar-se de modo pleno durante o século XX. Conforme Salomão (2017), diversos estudiosos conferem o surgimento do fenômeno no Brasil – tanto no campo das ideias, quanto no da política pública – aos governos pós-1930, nomeadamente Getúlio Vargas, em seu segundo mandato, e Juscelino Kubitschek.

Hélio Jaguaribe (1972), citado por Salomão (2017, p. 438), indica o imperativo da intencionalidade ao definir o desenvolvimento como a manifestação de uma objetivação ou, em suas palavras, de uma “[...] virtualização pré-existente no processo histórico e social”. Conforme Jaguaribe, “Essas virtualidades são os modos de exercício da racionalidade”. O desenvolvimento, neste caso, estaria acoplado a uma espécie de razão ocidental adotada pelas elites brasileiras com base na expansão das relações capitalistas globais. Tais grupos alimentavam a intenção de conduzir a nação a um nível mais elevado de bem-estar social, por meio de mudanças estruturais que representam e esboçam o desenvolvimento. A expectativa, ao menos no campo teórico, era de que países subdesenvolvidos (expressão comum à época) como o Brasil poderiam alcançar os mesmos padrões de desenvolvimento socioeconômico dos países europeus e da América do Norte. Contudo, a partir da década de 1960, a certeza que este caminho proporcionava começa a se desmoronar.

Na esteira desse processo, tentativas de ações planejadas pelo Estado ocorreram ainda durante a Segunda Grande Guerra, como o Plano Quinquenal de Obras, o Reparcelamento da Defesa Nacional (1942) e o Plano Salte (saúde, alimentação, transporte e energia), elaborado entre 1946 e 1947. Além disso, ao governo dos Estados Unidos da América foi solicitado o envio das Missões Cooke (1943) e Abbink (1948).

Em 1949 foi constituída a Comissão Mista para o Desenvolvimento Brasil-Estados Unidos. Embora descontinuada em 1953, lançou as bases para a criação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) em 1952. Mais tarde, o grupo misto da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL/BNDE) dirigiu as projeções e estudos na área do planejamento econômico para o Brasil, além de constituírem a base do Plano de Metas no governo JK.

NOVO ARRANJO DE FORÇAS: INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA E CAPITAL INTERNACIONAL

Acompanhando a estratégia de crescimento econômico do país por meio da política desenvolvimentista e tendo como base os estudos e projeções produzidos pela CEPAL, Juscelino Kubitschek cria o Plano de Metas com o lema “Cinquenta anos em cinco”, ou seja, declarava a intenção de promover o desenvolvimento do país o equivalente a cinquenta anos em apenas cinco de governo. Esse plano, ao ser comparado

com as tentativas anteriores, pode ser considerado, segundo Lafer (1970, p. 30), “[...] a primeira experiência efetivamente posta em prática de planejamento governamental do Brasil”.

Um dos principais objetivos do Plano de Metas era fazer com que o desenvolvimento industrial impulsionasse o crescimento econômico do país. Neste aspecto, segundo Lessa (1982, p.27), foi a “[...] mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país”.

Na prática, fortemente baseado em setores de infraestrutura e de substituição de importações, o Plano consistiu no investimento em cinco setores fundamentais da economia: energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação. Embora o programa chefiado por Lucas Lopes, que havia participado da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, tivesse um planejamento setorial e não global da economia brasileira, chegou a englobar um quarto da produção nacional.

O governo JK optou como estratégia para a realização de seus programas pela administração paralela. Como o próprio nome indica, seria uma estrutura externa à administração formal que seria mantida. A administração era constituída por órgãos existentes como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Brasil, Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e por novos órgãos com funções de assessoria ou de execução, como os Grupos Executivos do Conselho de Política Aduaneira (LAFER, 1970).

Embora em menor escala, este modelo já havia sido experimentado durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). A administração paralela conseguiu racionalizar a execução do Plano de Metas numa visão integradora da economia. O Programa enfatizou os objetivos estritamente econômicos e ignorou áreas como a saúde e a educação.

Não sem razão, Juscelino Kubitschek também incentivou a entrada de capital estrangeiro no país. Segundo Ianni (1991), o Plano de Metas necessitava de capital e tecnologia estrangeiros e era preciso garantir as condições para que isso ocorresse. Por essa via, investimentos com empresas multinacionais parceiras amplificaram os processos de internacionalização da economia brasileira. Assim, as abundantes e duras críticas provenientes dos círculos de interesses ligados a movimentos nacionalistas tinham alvo certo. Kubitschek, contudo, fomentava o discurso de que somente os investimentos

estrangeiros poderiam arrancar o Brasil do atraso.

De fato, conforme Arend (2009, p. 134), a presença do capital estrangeiro provocou mudanças de curto e longo prazo na economia brasileira, sobretudo a partir dos anos 50 do século passado:

Note que o ideário não deixa de ser desenvolvimentista, mas deixa de ser nacionalista e preocupado em cristalizar os centros internos de decisão. Também, a transformação abrupta da matriz industrial brasileira, a forte presença do capital estrangeiro nos setores dinâmicos do processo de industrialização e a ruptura com a estratégia nacional de desenvolvimento encabeçada pelo governo Vargas, tanto trariam efeitos imediatos quanto exerceriam impactos na dinâmica de longo prazo na economia. A política econômica nacional teria que lidar agora com um novo arranjo de forças, já que os setores dinâmicos do processo de industrialização, internalizados, estavam de posse do capital internacional.

Desde logo, durante o período de 1956 a 1961 houve crescimento econômico real no Brasil. Skidmore (2007, p. 204) afirma que a “[...] produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicação (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%)”. Para Clovis de Faro e Salomão Silva (2002, p. 67-68) as altas taxas de crescimento econômico ocorreram devido “[...] a uma das nossas mais bem-sucedidas experiências de planejamento econômico, consubstanciada no que foi denominado Programa de Metas”.

Mas como demonstrou na prática o governo Kubitscheck, fé cega pode ser faca amolada e a crença pura e simples no crescimento econômico pode ser problemática. Sua herança deixada para governos posteriores implicou consideráveis taxas de inflação, a deterioração das contas públicas e importante endividamento externo. Entre a segunda metade de 1958 e a primeira de 1959, os sintomas de desequilíbrio econômico despontavam no horizonte da economia nacional, já que o governo perdia o controle dos gastos ao tempo em que insistia sem recuos nos projetos de industrialização.

BRASÍLIA: CRUZEIRO DE ESTRADAS RUMO AOS QUATRO PONTOS CARDEAIS

Neste contexto, Lucas Lopes, Ministro da Fazenda, e Roberto Campos, Diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para tentar reverter essa situação, elaboram o Plano de Estabilização Monetária (PEM) para o ano de 1959. De acordo ainda com Skidmore (2007, p. 216-217),

[...] o Governo Kubitschek anunciou um elaborado programa de estabilização econômica com o fim de “permitir, através dum esforço de estabilização monetária, que o desenvolvimento do país se possa realizar em condições de equilíbrio econômico e estabilidade social [...]”.

Entretanto, relutante em aceitar qualquer alternativa que pudesse embaraçar seu projeto desenvolvimentista, Kubitschek deixa claro que o programa de estabilização deveria ocorrer sem comprometer o Plano de Metas. Mais que isso, o presidente não aceita as recomendações de seus conselheiros quanto à redução de gastos – inclusive sobre as grandes quantias despendidas com a construção de Brasília – e não demonstrava preocupação com os déficits orçamentários que aceleravam a inflação.

Desta forma, sem o apoio efetivo da presidência, somado à insubordinação do Banco do Brasil às normas de contenção de crédito e aos efeitos dos aumentos salariais no início de 1959, o Plano de Estabilização tornou-se inviável.

Na prática, a expansão territorial coordenada pelo Estado desde a Marcha para o Oeste, durante o governo de Getúlio Vargas, e o Plano de Metas de JK – continuada através da construção de Brasília – marca a ascensão de movimentos associados à internacionalização das relações econômicas e, de forma mais ampla, à mundialização das transações capitalistas ocorridas durante o século XX.

Ao relacionar a Marcha e o Plano aos processos de globalização percebe-se que as políticas governamentais do Estado brasileiro serviam como avanço para um Estado nacional cada vez mais a serviço dos interesses do mercado, capturado pela expansão do capital financeiro mundial. Segundo Haesbaert (2014, p. 85), essa condição estaria na gênese do discurso da desterritorialização do Estado que prega a destruição de controles e barreiras espaciais a fim de “legitimar a fluidez global dos circuitos do capital, especialmente do capital financeiro”.

Em que pese as despesas da construção da nova capital não estar atrelada ao Plano de Metas, foi considerada como uma meta-síntese do governo JK. Transformando-a em símbolo de esperança nacional, Kubitschek reforça o desejo de fazer do Brasil uma verdadeira nação, utilizando os projetos urbanísticos e arquitetônicos de Brasília como estratégia para instituir um sentimento de modernidade e desenvolvimento nacionais.

Assim, a construção de Brasília torna-se prioridade incontestável. E para além da simples transferência da capital do país do litoral para o Planalto Central, assume importância basilar nos discursos associados à propalada integração nacional. Em suas próprias palavras,

Em meados de 1958, concentrei minha atividade no problema de realizar a integração nacional. Foi aí que surgira Brasília. Era a motivação dessa política. Seria a base, o ponto de apoio de uma complicada estrutura, através da qual se processaria a consolidação do país num todo socioeconômico (KUBITSCHKEK, 1978, p. 184-185).

A integração nacional e a tomada do território seriam então efetivadas por meio de uma rede de estradas que teriam como ponto de partida a nova capital do país. O presidente acreditava que a nação não se desenvolveria se permanecesse restrita à área litorânea: “Tive, então, ” escreve o chefe de governo, “a visão do que deveria ser feito. Rasgaria um cruzeiro de estradas, demandando os quatro pontos cardeais tendo por base Brasília” (KUBITSCHKEK, 1978, p. 125). De tal modo que, a partir do Planalto Central, o espaço geográfico agora incorporado à nação e sobre o qual se assenta Brasília é o cerrado. De bioma a território, subsumido à “civilização” e palco de disputas entre formas de vida excludentes, doravante é submetido aos interesses financeiros de uma economia globalizada ligada, essencialmente, à agricultura industrializada e, mais tarde, ao agronegócio.

De fato, a “visão” de Kubitschek estava assentada nas reflexões de intelectuais que pensavam o Brasil e frequentavam, dentre outros lugares, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Em seus estudos indicavam a precariedade ou mesmo a inexistência de uma nação brasileira consolidada, reforçando no imaginário nacional a necessidade imperiosa de construí-la, integrá-la.

O ISEB, criado em 1955, foi um centro de estudos políticos e sociais que interpretava o Brasil almejando colaborar com o desenvolvimento nacional. Segundo Oliveira (2006), intelectuais como Roland Corbisier⁴ assinalavam que a nova capital seria uma maneira de edificar a nação e unificar internamente o país.

Particularmente para Corbisier a ausência de uma sociedade e um povo eminentemente brasileiros se ligava a um conjunto de ideias que tinha como fundamento a integração e a construção da nação por meio da transferência da capital e a construção de Brasília (OLIVEIRA, 2006). Esse desejo foi expresso na imagem de um território vazio, expresso nas preleções da época e constantemente relatado por Kubitschek, indicando uma clara amarração entre o discurso de JK e a obra de Corbisier.

⁴ Foi presidente do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) entre 1955 e 1959.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apropriação do território do Brasil Central ou do cerrado brasileiro, ocorre por meio da intervenção do Estado via planejamento e execução de políticas públicas e a criação de arcabouços institucionais que buscam garantir a integração de lugares distantes aos centros industriais do país. Essa ocupação é dirigida por fundamentos políticos e ideológicos que interpretam os espaços nacionais “vazios” como disponíveis e abertos aos interesses e controle do Estado que, por sua vez, ao integrar territórios, amplia sua atuação e fortalece seu poder.

Este processo liga-se diretamente aos desdobramentos das relações de produção decorrentes dos centros capitalistas hegemônicos mundiais. Atravessados pela globalização da economia, em países cujos territórios acolhem as formas de ocupação impostas pelo capital financeiro, a exemplo do Brasil, é o Estado que assume a função de submeter populações, bem como impor e controlar as estratégias de territorialização guiadas pela lógica capitalista.

Com razão, Albertina Vicentini (2016) esclarece que o uso da palavra cerrado para caracterizar mais que uma região física é recente e se relaciona ao discurso capitalista que se consolidou no interior do país a partir dos anos 1960, tendo a agropecuária como nova modalidade de expansão e a integração da agricultura aos complexos agroindustriais.

Assim, o sertão foi desaparecendo e o termo cerrado tomando vulto, substituindo a antiga expressão. No início do século XX, Cerrado e Planalto começaram a concorrer com sertão enquanto formas de identidade nas regiões de cerrado, até que, finalmente, a construção de Goiânia e a mudança da capital federal para o interior do Brasil contribuiu para o apagamento do termo sertão. Se os irmãos Villas Bôas fizeram uso do termo sertão para nomear as regiões percorridas pela Expedição Roncador-Xingu durante a década de 1940, é bem verdade que o próprio presidente Juscelino Kubitschek, quase 20 anos depois, se referia em seus discursos ao local onde se ergueria a nova capital como Planalto Central, contribuindo para que os vocábulos Planalto Central e Cerrado fossem se consolidando historicamente.

Neste processo, o termo sertão passou a ser associado ao passado, representando, desde então, as ideias do retrocesso, da ausência da modernidade, da

inexistência do progresso, que não se ajustavam aos ideais em voga à época ligados ao desenvolvimento social e econômico da nação. No entanto, conforme Vicentini, o discurso do Cerrado associado às práticas econômicas não supriu a carência de identidade para os habitantes do Centro Oeste, já que o sertão também refletia o imaginário de tradição e rusticidade da cultura regional. Esvaziado de sertão, na rota da tecnologia e da economia mundial, o Cerrado segue seu destino como zona de apropriação de recursos sobre a qual se reproduzem discursos políticos, processos de territorialização e formas econômicas de exploração.

REFERÊNCIAS

AREND, Marcelo. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. Tese (Doutorado em Economia). 238p. 2009. Departamento de Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2009.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro (Org). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 21-38.

BRASIL. Presidência da República. Gabinete do Coordenador da Mobilização Econômica. **Portaria n. 77 de 3 de junho de 1943**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2326610/pg-11-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-03-06-1943>. Acesso em: 20 out. 2021.

FARO, C.; DA SILVA, S. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, Ângela Castro (Org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.67-106.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. **A expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central**. Dissertação. (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). 83 p. 2010. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. O trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA et al. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2014.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

KUBITSCHKE, Juscelino. **50 anos em 5: meu caminho para Brasília**. Volume III. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1978.

_____. **A escalada política: meu caminho para Brasília**. Volume II. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1976.

LAFER, Celso. O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, B. (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MACIEL, Dulce Portilho. O estado brasileiro na integração de espaços “vazios” ao conjunto da nação: ações da Fundação Brasil Central (FBC) – 1943-1967. In: LUNAS, Divina Aparecida Leonel; LUZ, Janes Socorro; XAVIER, Glauber Lopes (Orgs). **Cerrado: projetos políticos, atores sociais e dinâmicas do território**. v. 1, 1ª. Ed. Anápolis: Editora UEG, 2015, p. 245-260.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. Anais. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, 2011.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Fronteiras e *state-building* periférico: o caso da Fundação Brasil Central. **Varia História**, v. 35, p. 895-919, 2019.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Márcio. O ISEB e a construção de Brasília: correspondências míticas. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.21, n.2, p. 487-512, 2006.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico. **Nova Economia**, v. 3, n. 27, p. 421-442, 2017.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

XAVIER, Glauber L; MACIEL, Roseli. Acumulação de capital e ideologia numa economia periférica: ensaio sobre o desenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 2, p. 532-545, 2020.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**, volume V. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

VILLAS BÔAS, Orlando e Cláudio. **A Marcha para o Oeste – a epopeia da Expedição Roncador-Xingu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VICENTINI, Albertina. **Tal sertão, qual cerrado?** Goiânia: UFG, 2016.